

**ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 9 DE AGOSTO DE 2000**

Às quatorze horas, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, NILSON NAVES, EDSON VIDIGAL, GARCIA VIEIRA, WALDEMAR ZVEITER, FONTES DE ALENCAR, SÁLVIO DE FIGUEIREDO, BARROS MONTEIRO, HÉLIO MOSIMANN, FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, HUMBERTO GOMES DE BARROS, MILTON LUIZ PEREIRA, CESAR ASFOR ROCHA, RUY ROSADO DE AGUIAR, VICENTE LEAL, JOSÉ DELGADO, JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, FERNANDO GONÇALVES, FELIX FISCHER e ELIANA CALMON foi aberta a sessão.

Licenciado o Excelentíssimo Senhor Ministro WILLIAM PATTERSON, sendo substituído pelo Excelentíssimo Senhor Ministro FELIX FISCHER.

PALAVRAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PAULO COSTA LEITE (PRESIDENTE):

Srs. Ministros, está aberta a sessão da Corte Especial, que se reúne hoje, segundo o disposto no art. 11 do Regimento Interno, para aprovar e encaminhar a proposta orçamentária deste Tribunal, bem assim a dos Tribunais Regionais Federais, a da Justiça Federal de primeiro grau e a do Conselho da Justiça Federal referentes a 2001, das quais fiz chegar cópia às mãos de V. Exas. A atual proposta orçamentária desta Corte de Justiça, basicamente, segue os mesmos padrões da anterior, com um pequeno acréscimo. Existe apenas um problema em relação a pessoal, em que houve uma redução, portanto temos que fazer algumas gestões para superar essa questão.

Em relação à da Justiça Federal, todo o orçamento já foi aprovado no Conselho da Justiça Federal. Na verdade, houve um bom incremento, e quero ressaltar que, em termos de obras, como estamos vivendo este momento difícil, temos somente duas significativas: a construção da sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, e a da Seção Judiciária do Estado do Paraná. Os valores dessas obras são perfeitamente compatíveis; foram muito bem estudados e analisados, nada havendo que possa acarretar algum tipo de preocupação para esta Corte aprovar ditos valores.

Faculto a palavra aos Senhores, dizendo que os nossos técnicos, tanto os do Superior Tribunal de Justiça quanto os do Conselho da Justiça Federal, estarão à disposição para responder a eventuais indagações dos eminentes Colegas. Gostaria, nesta oportunidade, de registrar a presença, pela primeira vez na Corte Especial, do Sr. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, que passa a integrar, em caráter definitivo, este Órgão Julgador, em função da aposentadoria do Sr. Ministro Eduardo Ribeiro. Todos nós conhecemos, de sobejo, o Sr. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, o qual se tem destacado nas suas atividades nesta Casa e tem prestado uma grande colaboração, tanto nos trabalhos judicantes como também nas ingentes tarefas administrativas da Casa, quando chamado a cooperar. S. Ex.^a é um Juiz absolutamente consagrado, que lustra e honra o Superior Tribunal de Justiça, e, com certeza, a sua presença nesta Corte será mais uma referência para o Tribunal. Então, Sr. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, receba as boas-vindas da Presidência. Sei que estou interpretando o pensamento de toda a Corte Especial.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RUY ROSADO DE AGUIAR:

Sr. Presidente, quero agradecer suas palavras de boas-vindas e dizer que estarei aqui colaborando, na medida do possível, com os trabalhos desta Corte e disposto, como sempre, a aprender as lições dos Colegas. Muito obrigado.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: Sr. Presidente, teve assento nesta Corte, por muitos anos, o Sr. Ministro Francisco Trindade, magistrado probo, diligente, preparado e solidário. Indico, se registre em ata moção de profundo pesar pela sua ausência, com comunicação à digna família.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PAULO COSTA LEITE (PRESIDENTE):

Srs. Ministros, o Sr. Ministro Francisco Peçanha Martins propõe que a Corte registre uma moção de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ministro Francisco Dias Trindade e que se faça chegar esta homenagem aos distintos familiares. Consulto a Corte.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS: Sr. Presidente, além dessa moção de pesar, há uma outra circunstância dolorosa também: a do passamento de um integrante do Ministério Público que, com imensa dignidade, oficiou perante nós durante muito tempo: o saudoso Subprocurador-Geral da República Dr. Paulo Sollberger. Dizer quem foi Paulo Sollberger é absolutamente dispensável nesta sessão, porque todos nos abeberamos em seus conhecimentos. Todos privamos daquela convivência amena, cheia de sabedoria, cheia de segurança e seriedade. O Dr. Paulo viveu, como Trindade, uma vida exemplar e merece, por isso, o registro da nossa saudade e da nossa tristeza.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PAULO COSTA LEITE (PRESIDENTE):

Srs. Ministros, realmente tivemos duas perdas bastante significativas. Os Senhores devem ter recebido da Presidência a comunicação de que deixamos de mandar celebrar a missa de sétimo dia do nosso Colega, que seria de praxe, porque a família, expressando o desejo manifestado por ele em vida, não quis que se procedesse a essa cerimônia. Então, temos duas moções de pesar submetidas à Mesa. Consulto a Corte Especial; se concordam, que se encaminhem essas moções de pesar às respectivas famílias. Como todos estão de acordo, haverá o registro em ata.

PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PAULO COSTA LEITE (PRESIDENTE):

Srs. Ministros, vamos então ao exame das propostas, iniciando pela do Superior Tribunal de Justiça. Está em discussão e votação a proposta orçamentária do Superior Tribunal de Justiça. Como lhes disse, houve um incremento, apenas, de 2 milhões, que foram negociados junto à Subsecretaria de Orçamento e Finanças. Só temos essa dificuldade de pessoal, mas será contornada com um ofício que será encaminhado, à parte, ao Senhor Presidente da República. As negociações, nesse sentido, já estão adiantadas, para que não se tenha nenhum tipo de problema na execução orçamentária depois.

Está em discussão, portanto, a matéria.

PROCESSO Nº 4258/2000

ASSUNTO: PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2001.

"A Corte Especial, por unanimidade, aprovou a proposta orçamentária do Superior Tribunal de Justiça, relativa ao exercício de 2001."

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PAULO COSTA LEITE (PRESIDENTE):

Srs. Ministros, passamos agora à proposta orçamentária dos Tribunais Regionais Federais. A matéria está em discussão. Esclareço aos eminentes Colegas que houve aprovação unânime do Conselho da Justiça Federal.

PROCESSO Nº 2000240075

ASSUNTO: PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º e 2º GRAUS E DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2001.

"A Corte Especial, por unanimidade, aprovou as propostas orçamentárias da Justiça Federal de 1º e 2º Graus e do Conselho da Justiça Federal, relativas ao exercício de 2001."

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO FONTES DE ALENCAR: Sr. Presidente, dizia eu que, ao tempo em que S. Ex.^a o Senhor Ministro Antônio de Pádua Ribeiro presidia a Corte, adveio uma emenda constitucional a respeito do Juizado Especial na Justiça Federal. Foi então criada uma comissão, integrada pelos Senhores Ministros Ruy Rosado de Aguiar, Sálvio de Figueiredo Teixeira, Ari Pargendler, José Arnaldo da

Fonseca e eu, que trabalhou contando, inclusive, com o auxílio da Sr.^a Ministra Fátima Nancy Andrichi, e elaborou um texto básico que devo, agora, passar às mãos de V. Ex.^a, não sem antes afirmar que foi inexcusável a contribuição do Senhor Ministro Ruy Rosado de Aguiar, que hoje chega a esta Corte. Como Presidente da Comissão, agradeço a todos que dela participaram, mas, sobretudo, quero ressaltar o empenho do Senhor Ministro Ruy Rosado de Aguiar. Passarei às mãos de V. Ex.^a esse trabalho para que proceda como entender de direito, pedindo permissão para sugerir a V. Ex.^a que mande distribuir aos Colegas, o que certamente irá fazer, lembrando da conveniência de não ser esse texto encaminhado simplesmente como um lembrete aos outros Poderes para que não se perca nos seus escaninhos.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PAULO COSTA LEITE (PRESIDENTE):

Srs. Ministros, a Presidência agradece à Comissão que elaborou este anteprojeto; sei que interpreto, também, o pensamento do meu antecessor na Presidência, cuja gestão se processou, em sua maior parte, na atividade desenvolvida pela Comissão. Conheço as

dificuldades enfrentadas para produzir um texto dessa envergadura, o qual farei chegar às mãos dos Colegas para que, posteriormente, então, o Plenário $\frac{3}{4}$ já que esta é uma Lei de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça $\frac{3}{4}$ possa pronunciar-se. Antes o submeterei, por se tratar de matéria relativa à Justiça Federal, também ao Conselho da Justiça Federal, onde teremos uma reunião amanhã, em São Paulo, quando farei a entrega aos Senhores Conselheiros, procedendo de igual modo quanto aos Senhores Ministros. No final do mês de agosto, tentaremos remetê-lo ao Congresso Nacional, uma vez que já está havendo uma cobrança tanto no âmbito da própria Justiça Federal quanto no de entidades a ela sujeitas, que, de igual modo, possuem interesse na instalação dos Juizados Especiais, os quais, como foi bem realçado pelo Sr. Ministro Fontes de Alencar, foram criados mediante emenda constitucional. Novamente, quero apresentar os agradecimentos à Comissão pelo trabalho desenvolvido. Farei com que o texto chegue às mãos dos Colegas, se possível, ainda hoje, para que, no prazo de 15 dias $\frac{3}{4}$ estamos no dia 9 de agosto $\frac{3}{4}$, encaminhem sugestões e possamos, caso seja necessário, aperfeiçoar o projeto a fim de que, quando o trouxermos à deliberação no final do mês, não tenhamos uma discussão mais longa, porquanto os Colegas o terão recebido com uma certa antecedência, facilitando o trabalho. De posse dessas sugestões, remetê-lo-emos à própria Comissão para que opine e o traga ao Plenário para a deliberação no final do mês.

Brasília, 9 de agosto de 2000.

Encerrou-se a sessão às 17:35 horas, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal e pela funcionária que a secretariou.

MINISTRO PAULO COSTA LEITE
PRESIDENTE DA SESSÃO

Bela. MARIA DA GLÓRIA SANTOS MARTINS
SECRETÁRIA